

Trabalho infanto-juvenil e gênero no meio rural

*Sebastiana Rodrigues de Brito*¹

*Stella Maria L. B. Senes*²

Introdução

Embora os estudos sobre a agricultura no Brasil tenham sido, até aqui, bastante amplos e diversificados, observa-se que têm tido pouca expressão aqueles dirigidos à abordagem da temática do trabalho feminino e infantil no meio rural. O presente artigo procura resgatar esta questão, objetivando o entendimento dos significados e das trajetórias percorridas por mulheres e crianças inseridas em atividades produtivas nas unidades de produção familiar. Particularmente, ele resulta da análise de alguns resultados da pesquisa que vem sendo realizada no município do Rio de Janeiro, na área rural de Serrinha do Mendanha.

Paralelamente à escassez de textos sobre trabalho feminino e infantil na agricultura constata-se, o que parece paradoxal, que a participação de mulheres e crianças nos processos de trabalho agrícola não é fenômeno novo. Numa revisão da literatura existente sobre a questão fica evidente que a reprodução da unidade familiar de produção vem, ao longo da história, sendo garantida em boa parte com a participação de todos os seus membros no processo de produção. Carneiro aponta, nesse sentido, que a construção da identidade desses sujeitos se dá através dos papéis que desempenham nas atividades da roça e da casa (Carneiro, M. J. 1986).

¹ Doutora em Sociologia Rural pela Universidade Sorbonne, Paris III e Professora do Departamento de Serviço Social da PUC/Rio.

² Mestre em Serviço Social pela PUC/Rio e pesquisadora bolsista pela FAPERJ.
- Participaram da pesquisa como alunas do curso de Serviço Social da PUC/Rio e bolsistas de Iniciação Científica pelo CNPq: Bárbara Lúcia Silva Santos, Ciomara Maria dos Santos e Flávia Cristina da Silva; participou da pesquisa como bolsista de Apoio Técnico pela FAPERJ: Lígia dos Santos da Silva.

E dependendo dos contextos em que se inserem, as formas de integração dos membros da família na produção agrícola se diversificam, não sendo, portanto homogêneas. No Brasil o quadro é bastante heterogêneo, o que vem reforçar a idéia de que, enquanto fenômeno histórico, a produção agrícola familiar deve ser entendida a partir do próprio movimento mais amplo verificado na totalidade onde está inserida.

É nessa perspectiva que se pode compreender como o avanço da modernização no campo, que vem ocorrendo desde a década de 1960, tem trazido mudanças significativas na divisão sexual do trabalho nas unidades de produção familiar. Em estudos precedentes já havíamos constatado, utilizando informações censitárias, que nos estados da federação onde a agricultura familiar perdia importância em favor da produção em moldes capitalistas, crescia o contingente de trabalhadores assalariados em condições precárias – os chamados volantes ou bóias – frias. E era exatamente nesses espaços que o trabalho das mulheres e crianças tinha expressão mais significativa, enquanto integrantes desta categoria de empregados (Brito, S. R. Guimarães, L. S. P. e Innocencio, N. R., 1986). Em período mais recente observamos essa mesma tendência. Com a utilização de dados das PNADS, também conforme já constatado em outros estudos³, fica evidente que as transformações em curso na agricultura do país não têm caminhado no sentido de criar empregos estáveis e que, em relação às diferenças de sexo e idade, quando da absorção de mulheres e crianças nas atividades produtivas, indagações de várias ordens são postas.

São transformações que, dizendo respeito à divisão sexual do trabalho, à utilização da força de trabalho segundo categorias de idade, vão se expressando desde o assalariamento para complementar a renda familiar até nas múltiplas formas de inserção em atividades produtivas

³ Ver, por exemplo: Padrão, L. N. Processo de trabalho na cana de açúcar: reestruturação produtiva e novas técnicas gerenciais, ANPOCS, Caxambu, 22 a 26 de nov. 1996; Andrade, C. de A agricultura canavieira e as relações de trabalho: crescimento do uso da força de trabalho clandestina em Pernambuco, no final de década de 80, ANPOCS, Caxambu, out. 1995; Alves, F. Progresso técnico e modificações na organização e no processo de trabalho na agricultura - o caso da cana-de-açúcar, ABET, III Encontro, Rio de Janeiro, 1994.

quer se trate de atividades agrícolas ou não agrícolas. A liberação de membros da família das atividades da produção agrícola familiar, e que se dirigem à prática de outras atividades com o objetivo de ganhar salários, vai permitir-lhes outras experiências de vida. Estas seriam marcadas, como Kergoat aponta – analisando o paradigma da divisão sexual do trabalho em relação à separação de trabalho assalariado / trabalho doméstico, quando ocorre uma divisão espaço - temporal entre um lugar e um tempo para produzir e ganhar um salário, e um outro lugar e um outro tempo para se reproduzir (Kergoat, D.: 324-325). As esferas que separam o trabalho realizado na unidade de produção familiar e o realizado fora dela poderiam indicar existência de rupturas – público versus privado – que se configuram de formas distintas quando se pensa nas diferenças que atravessam as categorias de gênero e de idade. Poder-se-ia pensar em rupturas radicais no caso dos homens, e em rupturas parciais ou na continuidade no caso das mulheres? E no que se refere ao trabalho infantil, como isto seria configurado?

O certo é que o cenário atual da produção agrícola familiar aponta para a necessária formulação de questões não mais restritas àquelas referentes ao problema da reprodução simples da unidade doméstica. Este cenário, conforme mostra Neves, construído pelos próprios limites existentes na estrutura fundiária do país – da terra nas mãos de poucos – na introdução de tecnologia de alto custo, de novos produtos, na indisponibilidade de créditos, etc., vai sinalizar que as funções familiares estão ultrapassando aquelas da unidade de produção (Neves, D. P. 1997). É nesse sentido, também, que se deve considerar, conforme apontado pela autora, que as formas de integração da produção familiar ao mercado são expressivas dos modos de dominação, dos níveis de expropriação pelos quais passam os sujeitos nela inseridos.

A perspectiva de análise que leva em consideração os aspectos, até aqui assinalados, alarga as possibilidades para a busca de respostas às interrogações de vários matizes que estão imbricadas na questão central de nosso estudo. Nesse leque de indagações, a primeira delas foi explicitada no sentido de saber quais seriam as conseqüências do processo de modernização agrícola e de urbanização do meio rural sobre a produção das famílias de agricultores onde mulheres e crianças partici-

pam, sob diferentes formas, de atividades produtivas. Essa prática de atividades produtivas tenderia, conforme constatou Carneiro (1986), a reforçar valores que levam à permanência da unidade de produção familiar ou, ao contrário, estaria mais voltada no sentido da individualização da força de trabalho? Poderia, num outro sentido, estar apontando para a convivência dos dois processos? Como estaria ocorrendo a construção das relações sociais de gênero na unidade familiar de produção a partir da inserção da mulher e da criança nas atividades produtivas, tendo em vista o cenário atual da agricultura? Que significado tem, para esses sujeitos, o trabalho que desempenham, tanto o realizado sob diferentes formas no campo da produção quanto o realizado no âmbito doméstico? A frequência de atividades não agrícolas no meio rural estaria interferindo e levando a mudanças na divisão do trabalho nessas unidades de produção familiar? Será que as categorias "ajuda" e "trabalho", freqüentemente presentes nas representações do trabalho feminino e infantil, estariam expressando hierarquias no grupo doméstico? Em termos das condições sociais de existência, estabelecem relações entre elas e as trajetórias do trabalho exercido pelos diferentes membros da família?

A formulação dessa série de indagações, assim como as noções subjacentes à elaboração da investigação, permitiram-nos situar nosso objeto de estudo, estabelecendo o pressuposto de que a inserção de mulheres e crianças no mundo do trabalho agrícola estaria se redefinindo em consequência dos novos patamares de desenvolvimento das forças produtivas, assim como da intensificação da expansão dos mecanismos de integração da produção familiar ao mercado.

Todos esses pressupostos vêm orientando nosso estudo, tendo como objetivo geral compreender as diferentes formas e os significados do trabalho das mulheres e crianças no meio rural vinculadas à unidade de produção familiar, situando-o no contexto das transformações da agricultura e das estratégias de reprodução social dos grupos domésticos, e tendo em conta as relações de gênero. Além disso, em termos de objetivos específicos, buscamos entender como as inovações tecnológicas influenciam as diferentes formas sob as quais se configura o trabalho feminino e infantil nas unidades de produção familiar, analisando, inclusive, as relações que possam existir entre processos de modernização

- tecnificação e uso de produtos químicos – e demanda por mão-de-obra feminina e infantil. Procuramos verificar qual a importância do exercício do trabalho não agrícola nas unidades de produção familiar e se o mesmo é praticado pelas mulheres e crianças dessas unidades, investigando, também, qual a importância do exercício do trabalho assalariado pelos membros da unidade familiar de produção na reprodução do grupo doméstico; se existe diferenciação, segundo o sexo, na organização do trabalho pelos membros da família da unidade de produção familiar, se as categorias “ajuda” e “trabalho” expressam hierarquias nas unidades de produção familiar.

Este artigo está dividido em duas seções. A primeira trata do enfoque dado às características especiais da agricultura na área de estudo, onde são feitas aproximações com alguns aspectos da formação histórica e do quadro agrícola atual da Serrinha do Mendanha. A utilização de dados censitários, assim como de fontes documentais foi, neste caso, particularmente relevante. A segunda faz a exposição de resultados parciais da pesquisa de campo e demonstra a importância, embora nem sempre explicitada nos discursos dos entrevistados, das atividades produtivas desempenhadas por mulheres e crianças naquele contexto. Concluímos o texto com algumas questões que vêm sendo apontadas pela pesquisa, particularmente no que diz respeito à vinculação entre trabalho e educação no meio rural.

Contextualizando o espaço da investigação

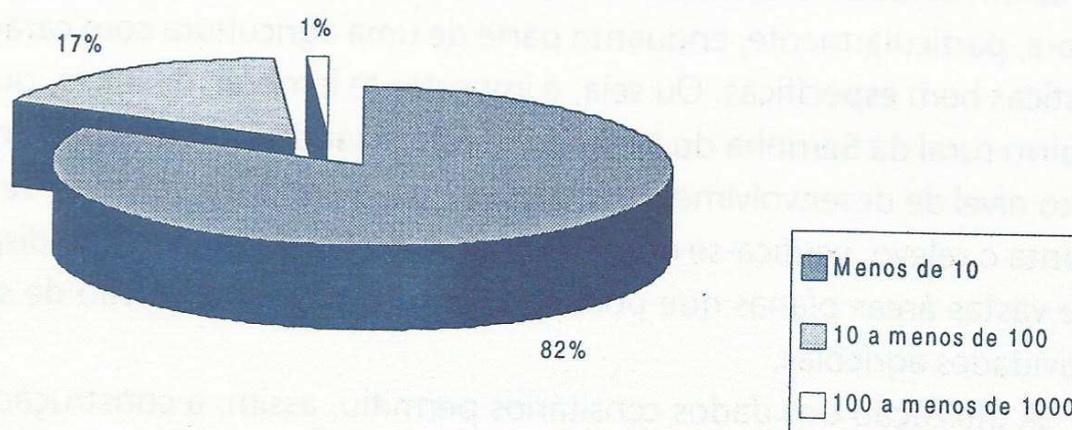
Uma das preocupações iniciais em nossa pesquisa foi a de situar a área em estudo no contexto do município do Rio de Janeiro, analisando-a, particularmente, enquanto parte de uma agricultura com características bem específicas. Ou seja, é importante lembrar, de início, que o bairro rural da Serrinha do Mendanha está inserido em um espaço com alto nível de desenvolvimento urbano e que, além disso, levando-se em conta o relevo, verifica-se que o município do Rio de Janeiro não dispõe de vastas áreas planas que poderiam vir a facilitar a expansão de suas atividades agrícolas.

A utilização dos dados censitários permitiu, assim, a construção de um quadro geral sobre o setor agrário carioca, facilitando o desvelamento

de muitos aspectos da realidade que pretendemos conhecer. Além disso, o recurso à trajetória histórica de alguns aspectos da área em estudo mostra um percurso onde características de ocupação, vida e trabalho dos atores sociais ali presentes também possibilitaram melhor entender as significações construídas pelos sujeitos que fazem parte do universo da nossa investigação.

Quando se observam as informações estatísticas sobre o setor rural do município do Rio de Janeiro, ficam evidentes certas peculiaridades no seu quadro agrário tanto no que diz respeito à estrutura fundiária quanto na composição dos principais produtos e nas relações sociais de produção aí prevalentes. Baseando-se nos dados do último Censo Agropecuário, de 1995-1996, constata-se que, em relação à estrutura da distribuição de estabelecimentos agropecuários, predomina, no município, a forte presença de pequenas unidades de produção, ou seja, cerca de 82% do total de estabelecimentos agrícolas tem menos de 10 ha, ocupando 27,5% da área total das terras do município. A segunda categoria de estabelecimentos, composta por aqueles de área entre 10 a menos de 100 ha, representava um total de 17%, mas ocupando 40,9% das terras do município. E, finalmente, as unidades de produção com superfície entre 100 a menos de 1000 ha, cerca de apenas 1,0% do total, controlavam 31,5% das terras, e não sendo registrado, neste espaço, a presença de estabelecimentos de tamanho acima de 1000 ha.

Gráfico 1
Número de estabelecimentos agrícolas, segundo grupos de área total,
município do Rio de Janeiro/1995-1996



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/1995-1996

No que diz respeito às atividades econômicas predominantes nos estabelecimentos agrícolas do município do Rio de Janeiro, a produção hortícola é, de longe, a mais expressiva. Essa atividade é prática predominante em um total de 41% dos estabelecimentos agrícolas do município, enquanto no Estado do Rio de Janeiro como um todo ela é a mais importante em apenas 15% das unidades de produção. Portanto, a horticultura desempenha, no espaço agrícola carioca, um papel importante na geração de emprego e de renda, especialmente para os pequenos produtores, dada, sobretudo, sua proximidade com o mercado consumidor. A facilidade para colocação dos produtos olerícolas na Região Metropolitana representa menor custo e a certeza de um mercado seguro (cerca de 76% da população urbana do Estado encontra-se na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro).

A horticultura é a atividade econômica que absorve o maior contingente de mão-de-obra agrícola no município de Rio de Janeiro. Um total de 41,4% do pessoal ocupado na agricultura deste espaço está inserido na horticultura, enquanto as atividades de lavouras permanentes e da pecuária utilizam, separadamente, em torno de 23% do contingente de trabalhadores rurais do município.

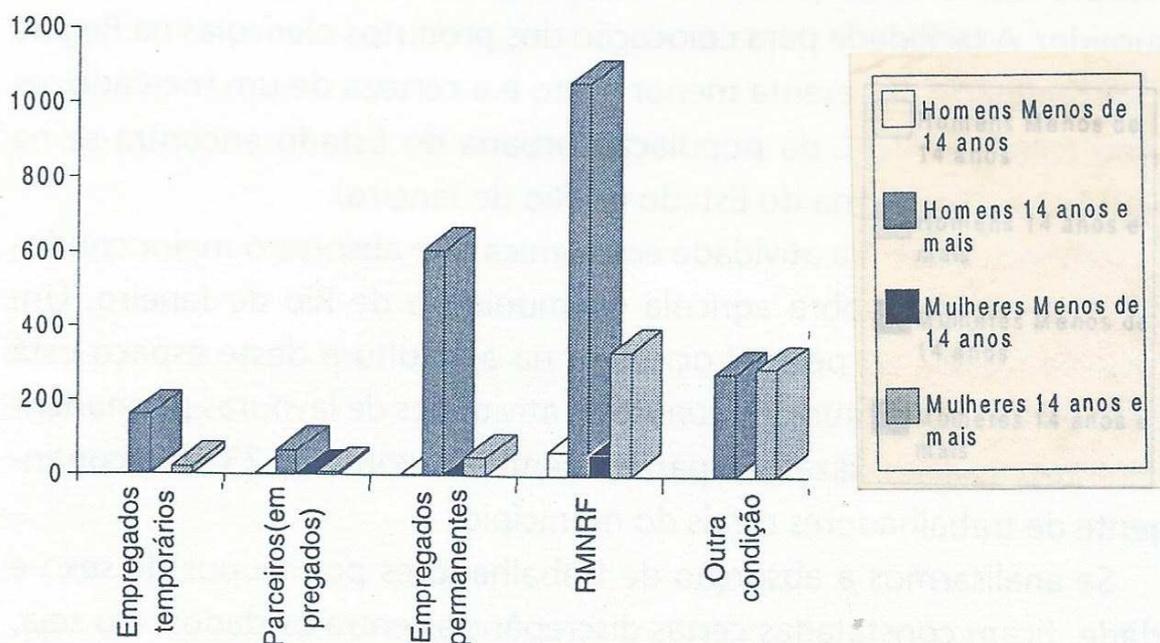
Se analisarmos a absorção de trabalhadores por grupos de sexo e idade, ficam constatadas certas discrepâncias entre os dados. Ou seja, as expressivas diferenças no total de pessoal ocupado, segundo sexo, ocorrem nas faixas etárias situadas a partir de 14 anos, onde se verifica que a grande maioria de trabalhadores é composta por homens. Aqui não se observam diferenças no que concerne à sua inserção nas atividades econômicas: a proporção mais alta de homens está presente tanto nas atividades de horticultura quanto nas de lavouras permanentes, pecuária e lavouras temporárias. No entanto, em relação à utilização da mão-de-obra infantil, situada nas faixas etárias de menos de 14 anos, não se observam tais diferenças: meninos e meninas têm participação em proporção muito semelhante, não tendo grande expressão em todos os tipos de atividade econômica.

Outro indicador importante do quadro agrário do município do Rio de Janeiro é o referente à relação com a terra. A observação dos dados sobre a distribuição dos estabelecimentos agrícolas, segundo a condi-

ção do produtor, aponta a presença marcante de proprietários da terra – em torno de 64% - seguidos, em proporção bem menor, pela categoria de ocupantes ou posseiros – cerca de 24% dos produtores – enquanto a presença de arrendatários perfaz um total pouco expressivo – 11% - e a de parceiros era quase inexistente – 1% apenas.

Gráfico 2

Pessoal ocupado, por sexo e idade, segundo a categoria de ocupação, no município do Rio de Janeiro/1995-1996



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/1995-1996

Considerando as relações de trabalho, fica evidente a presença do trabalho familiar, expresso na categoria de ocupação responsáveis e membros não remunerados da família, que representa 50,6% do pessoal ocupado no setor agrícola do município. A categoria de ocupação empregados permanentes é a segunda em importância no espaço considerado, mas com um percentual bastante inferior – 22,0% - ao do trabalho familiar. As demais relações de trabalho: outra condição, empregados temporários e parceiros são, ainda, menos significativas. Um dado importante, tendo em conta, de modo particular, nosso objeto de estudo, é o que concerne à distribuição de trabalhadores por categoria de ocupação, grupos de idade e sexo. Em primeiro lugar fica evidente a

forte presença de homens de 14 anos e mais nas categorias de trabalho familiar e de empregados. Por outro lado, a freqüência de mulheres desta mesma faixa etária ocorre sobretudo na categoria de trabalho familiar e de outra condição. No que diz respeito aos trabalhadores com menos de 14 anos, constata-se, de modo geral, que não existe diferença quando se trata de ocupação de meninos e meninas. No entanto, na distribuição dos mesmos quando se consideram as relações de trabalho verifica-se que ela ocorre, de modo particular, na categoria de ocupação de trabalho familiar, ou seja, entre os responsáveis e membros não remunerados da família.

Além desses aspectos, alguns outros dados parecem, também, expressivos do quadro de organização agrária no município do Rio de Janeiro. No que diz respeito, por exemplo, ao padrão tecnológico, observa-se que persiste na área em estudo um baixo nível de utilização de técnicas modernas, inclusive nas atividades da horticultura. Interessante que esta é, no Estado do Rio de Janeiro, bastante competitiva no seu padrão tecnológico, o que não ocorre com as lavouras em geral onde predomina uma agricultura rudimentar.

Um conjunto de dados que chama a atenção é o concernente à utilização de fertilizantes, assistência técnica e créditos. Em torno de 60% dos estabelecimentos agrícolas do município do Rio de Janeiro utilizaram fertilizantes e fizeram controle de pragas e doenças, sendo que, deste total, cerca de 40,0% fizeram uso de adubos químicos e de inseticidas, enquanto o restante declarou a adoção da prática de uso de adubos orgânicos. É a horticultura a maior absorvedora dos adubos químicos, seguida pelas lavouras permanentes. Quando se relacionam os dados sobre a utilização de adubos químicos com os relativos aos de assistência técnica, verifica-se que a grande maioria dos produtores rurais da área em estudo não têm assistência técnica – 85,0% dos estabelecimentos rurais não têm qualquer tipo de assistência técnica e, quando relacionados esses dados com os relativos à freqüência na utilização de adubos químicos, constata-se que 88,7% usavam estes insumos, mas sem qualquer assistência técnica, e 86,5% usavam adubos orgânicos nestas mesmas condições, quer dizer, sem assistência técnica. A ausência de assistência técnica proporcionada pelo Estado é notória: apenas

6,0% dos estabelecimentos do município em estudo tiveram assistência técnica proporcionada pelo Estado.

Quanto às possibilidades de financiamentos das práticas agrícolas, observa-se que, no município do Rio de Janeiro, o uso de créditos é, praticamente, inexistente: somente 0,45%, quer dizer três produtores rurais declararam a utilização de créditos, mas cujos valores são muito baixos (num total de 9 mil reais), e foram destinados à horticultura, com a finalidade de custeio.

Observa-se, portanto, que as características apontadas pelos dados do Censo Agropecuário traduzem a persistência, no município do Rio de Janeiro, da agricultura desenvolvida em pequenas unidades de produção, desenvolvida com base no trabalho familiar. No entanto, não se trata de uma agricultura familiar que faz recurso maciço da mecanização do trabalho agrícola, onde a participação da mulher e dos seus filhos tenha se tornado insignificante na unidade de produção, como ocorre em situações outras que podem ser conferidas em diferentes espaços agrícolas.

Vale ressaltar que os dados indicam a possibilidade da existência de diferenciações internas nessas unidades de produção, tendo em vista diversos aspectos evidenciados na análise a respeito das condições de absorção da mão-de-obra, segundo os grupos de sexo e idade. Contudo, no que diz respeito à disponibilidade de assistência técnica e de créditos para a produção, há indicações da existência de uma situação comum à quase totalidade dos produtores da área, quer dizer, continuam esquecidos pelo Estado em suas políticas governamentais de modernização agrícola, que sempre favoreceram a grande produção. Nesse sentido caberia uma avaliação a respeito da proposta do governo que, através do PRONAF, busca o fortalecimento da agricultura familiar, na tentativa de melhorar as condições de vida da população, de " (...) contribuir para a redução das desigualdades espaciais e sociais (...), de (...) adequar a infra-estrutura física e social para melhorar o desempenho produtivo (...)". O alto índice de agricultores que utilizam insumos químicos no município carioca sem qualquer orientação técnica já seria um aspecto importante a considerar nessa avaliação, tendo em vista os objetivos explicitados no referido programa.

A partir desse quadro da organização agrária do município do Rio de Janeiro foi possível iniciar o processo de conhecimento da área escolhida para o estudo específico da questão do gênero e trabalho infantil, inicialmente contextualizando-a com o resgate dos aspectos históricos da ocupação da região e de suas características atuais.

Serrinha do Mendanha, povoado rural localizado na área de Campo Grande, tem a sua história vinculada ao desenvolvimento da agricultura na chamada Região Oeste. Os primeiros sinais de colonização portuguesa na região de Campo Grande datam de 1630, quando foi construída a Igreja N. Sr^a do Desterro, na Pedra de Guaratiba. A ocupação de terras naquela época ocorria através do regime de concessão que privilegiava fidalgos da Casa Real e os padres jesuítas. Esses padres, aos poucos, ampliaram os seus domínios apossando-se de terras que iam sendo doadas à Companhia de Jesus por ocasião do falecimento dos primeiros proprietários. Assim, os jesuítas formaram um dos mais poderosos latifúndios, utilizando-se da mão-de-obra dos escravos africanos e índios.⁴

Nesta época as culturas que tiveram destaque foram a da cana-de-açúcar, que predominou na baixada, e a do café que começou a ser cultivado por volta de 1780, na serra⁵. A fazenda de nome Mendanha, de propriedade do Padre Antonio Couto da Fonseca, ganhou notoriedade por ter sido uma das primeiras terras a produzir café, além disso de lá saíram as mudas dos principais cafezais fluminenses.⁴ Segundo os registros do IPLAN, a base da riqueza e do povoamento de Campo Grande

⁴ Os dados históricos foram colhidos da monografia de Heleno Getúlio Paulo. Elementos do Processo de Ocupação Populacional na Zona Oeste do Rio de Janeiro 1980-1992. Faculdade de Filosofia de Campo Grande. Rio de Janeiro., 1994, do Projeto de Estruturação Urbana -PEU - Unidade Espacial de Planejamento de Campo Grande - IPLAN-RIO. Dezembro de 1985 e do Jornal Zona Oeste. Nº 1054. Rio de Janeiro. 1996.

⁵ Sobre as culturas deste período, verificar as observações de Hilda da Silva "Uma Zona Agrícola do Distrito Federal- O Mendanha". In *Revista Brasileira de Geografia* XX nº 4 IBGE-1958 e Lúcia de Oliveira *Aspectos Geográficos da Zona Agrícola do Rio da Prata*. In "*Revista Brasileira de Geografia*". XXII nº 1 Rio de Janeiro. IBGE. Janeiro/março de 1960.

⁴ Informações obtidas através dos documentos do IPLAN-Rio e do Jornal Zona Oeste. Nº 1054. Rio de Janeiro. 1996.

ocorreu, principalmente, devido ao cultivo pioneiro do café no século XVIII.

Entre os séculos XIX e XX, com o empobrecimento dos solos e a expressiva extinção dos cafezais, Campo Grande volta a ter destaque com a lavoura da laranja, que parece ter atingido um grande surto por volta de 1926, quando aumentaram as possibilidades de exportação para a Europa Ocidental (Silva, H.: 1958). Campo Grande se tornou um dos maiores produtores e exportadores de laranja (especialmente a laranja-pêra) do antigo Distrito Federal, atraindo investimentos e migrantes⁶. Este fato foi responsável por acelerar o crescimento e despertar o interesse do mercado imobiliário na área.

O grande desenvolvimento da citricultura na região é explicado não apenas pela adequação ao tipo do solo mas, principalmente, pela proximidade com o centro do Rio de Janeiro e pela facilidade de transporte através da linha férrea. Com a segunda guerra mundial, que motivou a queda das exportações e, conseqüentemente, a queda do valor do produto no mercado interno, houve um desestímulo à citricultura⁷, o que contribuiu para o início da transformação das propriedades rurais em loteamentos.

Ainda nas décadas de 1950 e 1960 há registros da cultura da laranja nos pomares da região rural de Campo Grande, particularmente no Mendanha (Silva, H. da: 1958 e Oliveira, L.: 1960) A produção nesse período já não visava ao mercado externo e sim o interno. Dessa forma, cultivava-se, principalmente, a laranja-lima que era mais aceita nesse tipo de mercado como, também, a banana e outras frutas. Teve início nessa fase uma agricultura mais voltada para a subsistência, com ênfase no plantio de hortaliças e outras culturas secundárias. A policultura co-

⁶ Há registros de que foi na década de 1920 que os migrantes portugueses se instalaram na região. Ver Lúcia de Oliveira *Aspectos Geográficos da Zona Agrícola do Rio da Prata*. In "*Revista Brasileira de Geografia*". XXII nº 1 Janeiro/março de 1960. P.58.

⁷ No artigo "Campo Grande, dos laranjais à fumaça industrial", menciona-se a praga conhecida como "fumágia" que atingiu os laranjais de Campo Grande contribuindo para o declínio das colheitas. Ver no *Jornal Zona Oeste*. Ed: 1049. 25 a 31/05/96. Pg.04.

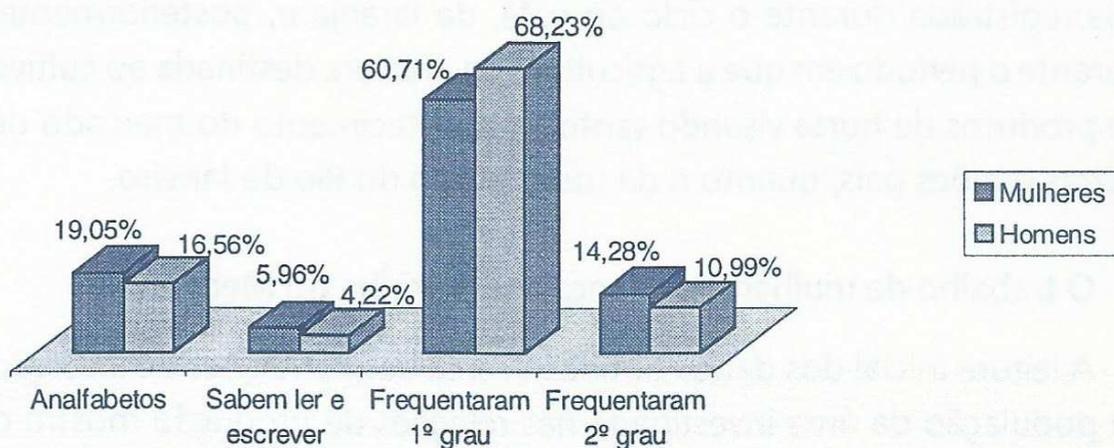
mercial dos produtos de horta também começa a despontar nesse período, visando a compensar as oscilações dos preços dos diversos produtos para adaptar-se às necessidades do mercado. A introdução da cultura de hortaliças contou especialmente com a presença dos portugueses que se instalaram naquela região e que, também, influenciaram nos bons resultados obtidos com os laranjais (Oliveira, L. 1960).

Atualmente a população do Mendanha é composta por famílias vinculadas, em grande parte, ao trabalho agrícola na região. Ali habitam e trabalham pessoas de origem brasileira e de origem portuguesa. Grande parte dos portugueses são da Ilha da Madeira. Entre os brasileiros encontramos mineiros, capixabas, alguns nordestinos, além dos nascidos no Rio de Janeiro. Vale ressaltar que, mesmo em percentual menor, o elemento português exerce uma influência cultural muito grande na região. Sua participação, ainda que em menor número, é bastante expressiva, principalmente quando consideramos que, dentre estes grupos, o dos portugueses revelou um padrão de vida mais elevado que o dos brasileiros instalados ali.

O local de moradia desta população se divide da seguinte forma: pequenas casas amontoadas nas encostas do morro, como em uma favela, para aqueles que apresentam um padrão sócio-econômico mais

Gráfico 3

Nível de escolarização da população de Serrinha do Mendanha, segundo sexo



Fonte: A tabulação e confecção do gráfico foram feitas a partir de dados obtidos da pesquisa "Perfil Atual da Serrinha, segundo as mulheres", realizada por Maria América de Carvalho Pires para a obra "O SOL" - Rio de Janeiro, 1996.

baixo, e pequenos sítios que são utilizados para o plantio, para os que apresentam uma situação sócio-econômica mais satisfatória. Nestes sítios, muitas vezes, empregam-se a mão-de-obra de terceiros. Apesar de haver uma estratificação interna entre a população que habita a Serrinha do Mendanha, o nível sócio-econômico e cultural é baixo. Os recursos de infra-estrutura são precários. A iluminação elétrica e as linhas de ônibus são conquistas recentes realizadas na década de 1980, via associação de moradores. Não há postos de saúde próximos e nem creches. A escola mais próxima é de difícil acesso e recebe crianças apenas até a quarta série do 1º grau. Há um significativo número de adultos analfabetos na região. De modo geral a escolaridade é baixa.

Conforme aponta o gráfico, 35,61% da população adulta é analfabeta, sendo que a incidência maior de analfabetismo foi observada entre os indivíduos de sexo feminino. Além disso, dentre os 60,71% das mulheres que frequentaram o primeiro grau, apenas 52% chegaram a concluir esta etapa escolar. Entre os homens, dos 68 % que chegaram ao primeiro grau, somente 45% chegaram a concluí-lo. O percentual daqueles que frequentaram o segundo grau é bem menor, principalmente se considerarmos que, dentre os 14,28% das mulheres apenas 10% o tenham concluído, e que entre os 10,99% dos homens apenas 4,1% conseguiram finalizar o curso.

O contexto atual da Serrinha do Mendanha pouco reflete os méritos alcançados no passado ainda que a importância histórica da região esteja registrada durante o ciclo do café, da laranja e, posteriormente, durante o período em que a agricultura da área era destinada ao cultivo de produtos de horta visando tanto ao abastecimento do mercado de outras regiões país, quanto o de todo estado do Rio de Janeiro.

O trabalho de mulheres e crianças na Serrinha do Mendanha

A leitura inicial dos dados obtidos acerca das condições de inserção da população da área investigada nas relações de produção mostra o caráter de heterogeneidade presente a partir de determinados aspectos, não deixando, contudo, de indicar a frequência de características comuns à grande maioria dela. Assim, confrontando os resultados so-

bre a sua distribuição segundo as diferentes atividades produtivas, verifica-se que, de modo geral, grande parte trabalha nas atividades agrícolas mas que, quando averiguada tal participação por grupos de homens e mulheres, as discrepâncias são expressivas.

A maioria dos homens trabalha nas lavouras. Em termos numéricos, segundo Pires (1996), além desta atividade destacam-se as de pedreiros, apontadores ou mestre de obras que absorvem 16% da força de trabalho masculina, seguida pela relativa à de comerciantes ou ajudantes em bares, num total de 10%, enquanto 7% são auxiliares de escritório, de administração, contabilidade, etc. Já quando a inserção diz respeito às mulheres, verifica-se que parte delas declara acumular os cuidados da casa e da família com atividades remuneradas, sendo que o emprego enquanto doméstica, em faxina, é o mais expressivo. Outras, além das atividades da sua casa, são feirantes, ajudantes da lavoura ou trabalham em artesanato. Poucas são aquelas que trabalham em escritórios. O rendimento médio declarado é baixo, não chegando a um salário mínimo e meio.

Tendo em vista que a característica mais importante da área é a atividade agrícola, a descrição do seu quadro agrário é então relevante para o melhor entendimento das questões relativas à inserção desses grupos nas atividades agrícolas aqui apresentadas. Observa-se na Serrinha do Mendanha uma agricultura baseada na horticultura, sendo o chuchu, a abóbora e o aipim os principais produtos, assim como em cultivos das lavouras permanentes: maracujá, banana e manga. A produção é basicamente destinada à comercialização e, em menor escala, à subsistência. Esta composição da produção destinada ao comércio se justifica tanto pela qualidade do solo quanto pela demanda imposta pelo mercado.

Um elemento importante desse uso da terra revelado na pesquisa, é o referente à qualidade atual do solo. A população queixa-se do empobrecimento do mesmo, atribuindo isso à degradação do meio ambiente, pela proximidade com o pólo industrial que, segundo a associação de moradores, pode ter provocado a contaminação das águas e do solo, o que repercute nos resultados da produção. Além deste fator, um outro foi apontado, embora com mais reserva, como um dos responsáveis

pelo enfraquecimento da terra: a utilização indiscriminada de agrotóxicos e de defensivos agrícolas. Como descrita nas palavras de mulheres que falam, com saudade, da época em que a terra era mais fértil:

*"Antigamente a plantação era melhor... era mais fácil de tratar porque não precisava botar esse negócio de agrotóxico" (Laís-agricultora)***. "Mudou sim. Porque eles colocam tanta coisa né? Bota estrumo, bota muito tipo de ingrediente na terra... e lá no Espírito Santo não botava nada não, acho que era terra nova né?(...) quando plantava uma batata deixava lá era cada uma enorme" (Cátia-agricultora).*

Cabe destacar a observação de Sobral (1963: 13), quando na década de 1960, época em que desenvolveu uma pesquisa na área do Mendanha, descreveu a utilização de adubos orgânicos como prática comum entre os agricultores. Segundo esta autora, eram poucos os que utilizavam produtos químicos, a maioria dos agricultores temia o manuseio dos mesmos por considerá-los venenosos. Naquela época, os produtores contavam com um posto de assistência técnica. Hoje, paradoxalmente, além da produção local não contar com qualquer orientação técnica, a utilização de agrotóxicos é bastante difundida e a população os chama de "remédios". A exposição excessiva aos referidos "remédios" já foi responsável pela contaminação de adultos e crianças na região, com registros de óbitos mas, mesmo assim, ocorre sem orientação e sem controle técnico:

"A gente sabe, mas a gente facilita. A gente não usa nada. A gente usa a mão e a coragem. (...) Eu tenho um garoto, ele bota remédio, mas ele não liga. (...) ele quer botar é depressa. O negócio dele é pegar e acabar. Eu não. Se não acaba hoje se acaba amanhã." (Rodolfo explicando como ele e o filho colocam agrotóxico.) "Uma vez mesmo o meu filho botou tanto remédio o dia todinho, que quando foi de noite foi pro hospital quase morto." (Denise-agricultora)

*** Com a finalidade de preservar a identidade dos entrevistados os nomes em **negrito** são fictícios.

Devido aos resultados insatisfatórios obtidos com a produção, tanto pelo empobrecimento do solo quanto pelo baixo valor do produto, especialmente os comercializados no CEASA (principal espaço de escoamento das mercadorias), muitos agricultores estão abandonando o trabalho na lavoura para vender, em sacolões, produtos comprados no mesmo CEASA, outros empregam-se em distintos ramos de atividade.

A justificativa utilizada pelos produtores para o desestímulo com a agricultura é, também, atribuída à falta de investimentos e de incentivos do governo para a produção na região. De fato, o trabalho não conta com a ajuda de recursos técnicos, os métodos utilizados são bastante rudimentares. Contrariando a tendência de modernização que se observa na agricultura do país, na Serrinha o trabalho agrícola é praticamente todo braçal, visto que não são utilizados maquinários na produção. Esta falta de apoio dos poderes públicos é descrita, pelos produtores, como o interesse do governo em acabar com a agricultura na região, visto que é uma área extremamente cobiçada pelo mercado imobiliário:

“Por incrível que pareça o município do Rio de Janeiro, eu acho que é o único município do Brasil que não tem crédito agrícola, como é que pode uma coisa dessas? (...) Eu tenho a ligeira impressão que há muito interesse de grupos que interessa que acabe a lavoura totalmente, pra virar urbano, fazer loteamento, entendeu?”

(Maurício- produtor).

Neste sentido, a propriedade fundiária se revela como o ponto central para a sobrevivência e a organização da agricultura na região. No Mendanha, ainda hoje, são poucos os que possuem a propriedade da terra. Os moradores mais antigos do local referem-se a três famílias como as principais proprietárias, visto que herdaram as terras dos seus antepassados. Entretanto, são muitos os produtores que se estabeleceram no local há vários anos, trabalhando na terra através das relações de posse e parceria e, em alguns casos, através do arrendamento. Como a maior parte desses produtores é formada por posseiros, há uma preocupação muito grande com o processo de especulação fundiária que

vem ocorrendo no local. Como não possuem o título de propriedade, apesar do tempo de permanência e trabalho na terra, sofrem a ameaça de perdê-la a qualquer momento.

Quanto à parceria, vem ocorrendo sob a modalidade da "meia", quando o agricultor divide 50% da produção com o dono (ou com aquele que tem a posse) da terra em acordo pré-estabelecido para a sua utilização. Entretanto, na prática, essa divisão não engloba os gastos com insumos e defensivos agrícolas; estes itens costumam ser descontados dos 50% daquele que produz, às vezes em percentuais pré-estabelecidos (dos 50% descontam-se 20%). Os resultados são rendimentos baixíssimos. A parceria é uma prática tradicional na região, e uma das principais responsáveis para o envolvimento de todo o grupo familiar, inclusive de mulheres e crianças, com o trabalho agrícola, visando a melhores resultados com a produção. Vem se mantendo ali numa relação de exploração-subordinação efetivada por uma minoria que detém os meios de produção sobre os que trabalham diretamente na terra. Assim, a situação de vida/trabalho da maioria dos agricultores é de dependência, precariedade e insegurança. Nas palavras de Brumer, este quadro que é próprio ao modelo original do campesinato brasileiro, caracteriza-se por:

"(...) precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e produção e, especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade." (Brumer, A.: 1993: 2)

Neste contexto onde o que prevalece é a luta pela sobrevivência, as situações de trabalho apresentam características claras de exploração, que ocorrem independentes do sexo ou idade, mas que são agravadas quando se referem ao trabalho feminino e infantil vinculado à unidade de produção familiar, entendida aqui na perspectiva apontada por Carneiro: "*Mesmo que nem todos os membros da família trabalhem na lavoura, a subordinação dos interesses individuais ao trabalho coletivo na roça define a família como unidade de produção.*" (1986:24)

Como a utilização da mão-de-obra feminina e infanto-juvenil ocorre no contexto de reprodução familiar, onde a figura masculina representa o chefe, o "superior", ela não é remunerada e nem reconhecida como trabalho, está subordinada à reprodução da forma de exploração sofrida pelo homem, conforme revela um agricultor: "*A família toda, não era só eu não. Os homens ganhava, mas pouco, ganhava o que o patrão quisesse dar, ganhava alguma coisinha. As muié não. A muié é prá ajudar mesmo!*"

Os grupos familiares se organizam em torno de papéis sociais definidos da seguinte forma: a "obrigação" da mulher são as atividades reprodutivas, o cuidado com os filhos, o cuidado com a alimentação, e "ajudar" ao marido na lavoura, mas o seu "compromisso" é com o espaço doméstico: "*Trabalho dela era um trabalho de ajudar o homem. O serviço dela era mais em casa, fazer negócio de comida, arremendar roupa rasgada, o serviço dela era esse.*" (Sr. Marcos- agricultor referindo-se às atribuições da esposa).

A "obrigação" do homem aparece nos discursos como o trabalho no espaço da roça, a obrigação do homem é descrita, muitas vezes, pela expressão: "pegar na enxada". Neste sentido cabe a reflexão de Carneiro sobre a distribuição dos papéis sociais nas unidades de produção familiar:

"As tarefas femininas mesmo que fundamentais à reprodução do grupo, são consideradas complementares e subordinadas, o que explica o predomínio da roça sobre a casa no que se refere à distribuição da força de trabalho disponível em cada família. Enquanto a posição social do homem é dada pelo trabalho, o que define a mulher é sua condição de reprodutora, cujo espaço "natural" é a casa."(1996:24)

Diante disso, o papel da criança não aparece claramente nos discursos, ainda que ela represente a própria força de trabalho no contexto de produção familiar como um reforço à capacidade física do pai. Nem sempre o trabalho infanto-juvenil está relacionado com a concepção de

"ajuda", algumas vezes essa participação é negada. Nesse sentido, a referida atividade, também, não se caracteriza como trabalho e o papel social da criança e do adolescente vai sendo fragmentado, diluído. Ainda assim, sua representatividade é significativa ao nível do trabalho, através da família da qual faz parte, sendo que esta viabiliza sua utilização nos grandes estabelecimentos sem ser caracterizada, no entanto, como trabalhador legalmente constituído (D'Alencar: 1991).

Conforme vão sendo aprofundadas as reflexões sobre as atividades de homens e mulheres, as diferenças de gênero vão se revelando. No campo simbólico, as categorias "ajuda" e "trabalho" expressam hierarquias nas relações de produção familiar e os elementos mediadores utilizados nos discursos para determinar quem trabalha e quem ajuda são, principalmente, o emprego da força física e o tempo de permanência na lavoura. O emprego da força física está muito associado ao manuseio da enxada, que é um instrumento relacionado ao universo masculino. A simbologia da enxada faz parte da construção da identidade do trabalhador agrícola na Serrinha do Mendanha: "*A mulher no campo ela ajuda: vai no campo tirar uma couve, arregar... Ela vai pegar uma enxada igual um homem pega, de manhã até às cinco horas da tarde? A mulher pode fazer isso?*" (O Sr. Marcos comparando as atividades).

Na "fala" da mulher, embora também realize as mesmas atividades que os homens realizam, estas atividades assumem um caráter eventual, de ajuda: "*Vou só prá ajudar, porque ele não aguenta mais arrumar caixa de chuchu, carregar, botar no monte... levantar caixa de vinte quilo...*" (Dayse, a filha do Sr Marcos, referindo-se à "ajuda"). Ratificando o que o pai havia dito, Dayse refere-se à sua participação como "ajuda", mesmo quando afirma que utiliza a força física e desenvolve várias atividades que o pai não consegue mais desenvolver. Nesse sentido o discurso das diferenças biológicas é utilizado para distribuir, hierarquizar e naturalizar os papéis sociais entre homens e mulheres (Alves, B.M. 1983), fragmentando, assim, o processo de construção da identidade da mulher via trabalho. Exceções podem ocorrer quando no grupo familiar não há a figura masculina, por exemplo, quando a mulher fica viúva muito cedo e continua envolvida com a produção; esta consegue identificar-se como trabalhadora; este fato reforça a idéia de

que em um contexto onde os papéis sociais estão rigidamente estabelecidos, a presença do homem como chefe, como provedor, embota a construção da identidade da mulher.

Através das "falas" observa-se que há, ainda, uma outra justificativa para a atividade feminina não ser considerada trabalho, pois esta refere-se ao tempo que a mulher dedica à lavoura. Nas unidades familiares de produção o homem distribui todo o seu tempo com a atividade agrícola, enquanto a mulher o divide diariamente em várias tarefas reprodutivas atribuídas à figura feminina com as quais o homem, via de regra, não se envolve. Diante disso, ainda que a mulher desenvolva diariamente atividades agrícolas, o discurso de que o trabalho feminino representa ajuda vai sendo reproduzido entre os grupos.

O efeito perverso desta situação é observado, principalmente, por ocasião da aposentadoria, quando muitas mulheres, que sempre estiveram envolvidas com a produção agrícola familiar, na condição de ajudante do marido, não conseguem se aposentar, porque nunca chegaram a se constituir formalmente como trabalhadoras. Na maioria das unidades familiares somente o homem contribui para a previdência.

Segundo os depoimentos colhidos, atualmente a demanda e o baixo retorno obtido com os produtos não justificam a permanência da mulher na lavoura de produção familiar, entretanto, ainda são poucas as que saem para trabalhar fora. Isto é justificado, principalmente, pela existência dos filhos e pela própria resistência da cultura local ao trabalho feminino fora de casa. Este parece ser um traço marcado pela cultura dos portugueses na região. As mulheres destas famílias costumam se dedicar ao bordado, enquanto as dos outros grupos familiares empregam-se em serviços de empreitada, ou em serviços domésticos, mesmo assim a sua atividade é considerada "ajuda" no sentido de complementar a renda familiar, apesar de, por vezes, serem seus rendimentos maiores que os obtidos com a produção agrícola.

Quanto à atividade infanto-juvenil, apesar de ser testemunhada sob diversas modalidades - na lavoura de produção familiar, nos serviços de empreitada, na comercialização de produtos em feiras e na mercearia - muitas vezes, foi negada. Em algumas ocasiões não foi mencionada, porém, quando admitida era associada com a concepção de ajuda, ou

com a necessidade de ocupar o jovem que está fora da escola. A população demonstrou resistência e preocupação em falar sobre o assunto, entretanto, o trabalho infantil faz parte da tradição local. Na Serrinha do Mendanha as crianças desenvolvem atividades desde cedo, por volta de seis, sete anos de idade, e os adultos que trabalharam quando crianças, apesar de admitirem que trabalhavam por obrigação, falam disso com orgulho e sem reservas:

" Cinco horas da manhã a gente ia prá roça, eu e todo mundo na minha casa, nós oito. Minha infância todinha foi na roça... Menina, chovendo a gente tinha que ir pra roça entregar mil moles de couve pro CEASA. Tinha que ir, meu pai pegava fósforo, esquentava lata, porque a nossa mão ficava dura, né? Por causa do frio... A gente chorava, mas tinha que entregar né? Era obrigação..."(Tânia 35 anos - trabalhou dos 6 até os 22 anos na roça).

Diante disso, podemos supor que o acesso aos meios de comunicação de massa, o trânsito frequente entre o rural e o urbano podem estar exercendo influências no modo de vida daquela população, repercutindo na noção de valores, mas pouco alterando a realidade vivenciada nas relações de produção do grupo familiar e nas relações de poder estabelecidas. A população sabe que o trabalho infantil é ilegal, sabe que a orientação legal é no sentido de que as crianças estejam na escola, mas as condições reais de reprodução grupo familiar não permitem que este quadro seja revertido. A própria família encarrega-se, portanto, de camuflá-lo. A gravidade e perversidade da situação são tantas que o trabalho infantil torna-se praticamente invisível, até mesmo em estatísticas oficiais, o que representa um obstáculo para a sua erradicação.

Assim, o trabalho vai assumindo conotações diferenciadas entre homens, mulheres e crianças. Para o homem o trabalho é considerado um trabalho bom, um trabalho que faz bem para a saúde do homem, o trabalho que se aprendeu a fazer e um compromisso com a sobrevivência do seu grupo familiar.

Para o grupo de mulheres entrevistadas, o trabalho é visto de forma positiva quando está vinculado às próprias atividades reprodutivas, nas

tarefas de plantar, colher para o consumo da família, enquanto trabalho concreto, utilizado para a produção de valor-de-uso. Neste contexto, ele é percebido com entusiasmo. Entretanto, quando ele é realizado com vistas ao mercado, à comercialização dos produtos é encarado como um trabalho pesado, que não é próprio para a mulher, porque deixa a mulher doente, uma atividade que não é valorizada porque não dá retorno, e é nesse sentido, principalmente, que a participação feminina fica caracterizada como ajuda.

Se a idéia de que o trabalho na roça não é para a mulher porque é muito pesado e prejudica a sua saúde, e é reproduzida entre os grupos familiares de produção, no entanto, esta referência não é feita em relação ao trabalho infantil. A roça não é considerada pesada para a criança ou adolescente, ao contrário, para estes a atividade é considerada uma ocupação, uma distração, um entretenimento. Neste contexto, a criança costuma reproduzir o discurso da ajuda e da necessidade de ocupar o tempo em que está fora da escola: "*Eu ajudo ele, igual hoje, fiz feira pra num ficar à toa mesmo, pra ajudar mesmo.*" (Caio é um menino de 15 anos- "fazer feira" significa comercializar os produtos.)

Mesmo negado, velado, desconsiderado ou encarado como ajuda, o trabalho desenvolvido por mulheres e crianças é uma realidade na Serrinha do Mendanha; e a relação de dominação-subordinação que envolve esta atividade pode ser entendida como um mecanismo de controle social que favorece, principalmente, a manutenção do baixo custo da mão-de-obra utilizada na produção. Desta forma, as mãos invisíveis de mulheres e crianças são mantidas em todas as etapas do processo agrícola: no preparo da terra para o plantio, na enxada, na colheita, na distribuição e na comercialização dos produtos.

Considerações finais

O trabalho familiar camponês na sua forma original apresenta características próprias no que se refere à participação de todos os membros da família na produção. A unidade familiar possui uma organização e uma ética grupal, sendo as crianças envolvidas no trabalho por estarem inseridas no contexto produtivo do seu grupo de origem, e são

assim, socializadas e educadas. Nesse sentido, Leite diferencia o trabalho familiar por sua organização própria daquele trabalho familiar por exploração, quando as famílias perdem a dimensão de que as crianças trabalham incorporando o discurso de que a atividade laborativa delas é apenas "ajuda" ou um "ato educativo" (1996).

Conforme observou-se no caso da Serrinha do Mendanha, a atividade desempenhada por crianças e adolescentes, no contexto das unidades de produção familiar, de forma semelhante ao que ocorre com a atividade feminina, tem a sua importância diluída pela noção da ajuda, sendo os papéis sociais de homens e mulheres distribuídos a partir do que se considera como atributos naturais. O trabalho infanto-juvenil, embora exista, muitas vezes é escamoteado pelo próprio grupo familiar.

A baixa escolaridade, conforme visto anteriormente, é justificada por eles como resultado da inserção precoce no trabalho. Isto fica evidenciado na fala de um agricultor que trabalhou na roça desde a infância: "A escola que meu pai me deu foi a enxada". Nesse contexto a socialização, a educação e a formação do indivíduo ocorre, precocemente, pela via do trabalho obrigatório. A responsabilidade com a produção e reprodução do grupo familiar afastou muitos agricultores, ainda quando crianças, da escola. O compromisso assumido por eles é com o imediato, com a sobrevivência do grupo. Assim, a escola não representou uma prioridade no passado, e talvez ainda não se faça presente no cotidiano de muitas famílias envolvidas com a atividade agrícola no meio rural.

Verificou-se que há um expressivo grupo de crianças e, principalmente, adolescentes fora das escolas. As famílias justificam esta situação pela dificuldade de acesso às unidades escolares, visto que são escassas e distantes do local de moradia destes meninos e meninas. Esta distância não parece ser apenas física, visto que as unidades escolares, via de regra, são estruturadas em padrões pedagógicos tradicionais fechados, que não estão adaptados ao modo de vida da população rural. Durante a pesquisa na Serrinha do Mendanha observou-se, principalmente entre os adolescentes, um desinteresse muito grande em relação à escola, associado a uma sintomática falta de perspectiva com o futuro.

Como o trabalho infanto-juvenil hoje, na região, não aparece explicitamente nos discursos, não fica claro se esta nova geração se afasta da

escola devido à atividade na lavoura, ou se “ajuda” na lavoura porque está distante da vida escolar, como muitos afirmam. O que se revela de forma bastante clara é a percepção da idéia de que o trabalho infantil não é aceito em termos sociais-legais. Pressupõe-se, conforme já foi mencionado, que a noção da ilegalidade do trabalho infantil e o controle sobre o trabalho dos adolescentes podem não ter alterado as formas de inserção da mão-de-obra de crianças e jovens nas unidades de produção familiar mas, provavelmente, estão alterando a representação desta atividade para o grupo.

Diante do exposto, aponta-se a possibilidade de continuidade da pesquisa redirecionando as reflexões sobre o eixo trabalho-educação, buscando identificar se o trabalho para as famílias vinculadas ao processo de produção agrícola representa um princípio educativo.

Bibliografia

- ALVES, F. (1994) *Progresso técnico e modificações na organização e no processo de trabalho na agricultura: o caso da cana-de-açúcar*, ABET, III Encontro, Rio de Janeiro.
- ALVIM, R. (1995) *O trabalho infantil: diversidade e exploração*, IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, vol. I.
- ANDRADE, C.de (1995) *A agricultura canavieira e as relações de trabalho: crescimento do uso da força de trabalho clandestina em Pernambuco no final da década de 80*. ANPOCS, Caxambu.
- ARAÚJO, T.C.W.C. de (1995) *Os trabalhadores invisíveis- crianças e adolescentes em situação de risco e pobreza nos canaviais de Pernambuco*, Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, vol.I.
- ARROYO, M. G. (1998) *Trabalho Educação e Teoria Pedagógica. In Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ. Ed.: Vozes Frigotto, G. (org.).
- BRITO, S. R (1994) *A mulher bóia-fria In Mulher e relações de gênero*. São Paulo. Ed: Loyola, Brandão M. L. e Bingener, M. C. L. (org.).

- _____. (1995) *Gênero e trabalho na agricultura: algumas características recentes*. *Debates Sociais* CBCISS, ns. 54/55.
- BRITO, S. R., GUIMARÃES, L. S. P. e INNOCENCIO (1986) A propósito do trabalhador agrícola volante. *Reforma Agrária*. jan/mar, vol. 15 n. 4.
- BRUMER, A. (1993) *A exploração familiar no Brasil*. "In *A agricultura familiar*. São Paulo. Ed: Unicamp. Lamarche, H. (org).
- CARNEIRO, M. J. (1986) *Vidas Irrigantes*. In *Revista Ciência Hoje*, vol. 4, nº 24. Rio de Janeiro.
- _____. (1997) *Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar?* APIPSA, *Anais do XVII Encontro Nacional*, 24-28 nov., vol. I.
- D'ALENCAR, R. S. (1991) *O menor de catorze anos e as formas de inserção como trabalhador agrícola*. *Reforma Agrária*. mar/ ago, vol. 21.
- FRIGOTTO, G. (1998) *Educação e crise do trabalho : perspectivas de final de século*. Petrópolis, Rio de Janeiro Ed: Vozes.
- GIULIANI, G..M. (1997) *A profissionalização dos produtores rurais e a questão ambiental* In *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, Nº 9 outubro.
- KERGOAT, D. (1998) *La Division de Travail entre Le Sexe*. In *Le Monde de Travail*. Paris. Ed.: La Découverte.
- LEITE, M. I. P. (1996) *Crianças no campo-os mudos da história?* In *Estudos Sociedade e Agricultura* nº 6, Julho.
- LUKÀCS, G. (1979) *Ontologia do ser social (os princípios ontológicos fundamentais de Marx)*, São Paulo, Ed: Ciências Humanas.
- NEVES, D. P. 1997 *Agricultura familiar e mercado de trabalho* In *Estudos, sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro nº 8. Abril.
- OLIVEIRA, C. R. (1987) *História do Trabalho* – São Paulo. Ed. Ática.
- OLIVEIRA, L. de (1960) *Aspectos geográficos da zona agrícola do Rio da Prata*. In *Revista Brasileira de Geografia* janeiro / março pg: 47 à 80 XX II nº1 – Rio de Janeiro IBGE.

- PADRÃO, L.N. (1996) *Processo de trabalho e reestruturação produtiva e novas técnicas gerenciais* ANPOCS, Caxambu.
- PAULO, H. G. (1994) *Elementos do processo de ocupação populacional da Zona Oeste* FEUC Rio de Janeiro.
- PINTO, M. de J. O. (1994) *O novo movimento da expansão urbana na cidade do Rio de Janeiro : O caso Campo Grande*. Trabalho de conclusão de curso Rio de Janeiro. FEUC.
- PIRES, M. A. (1996) *Perfil atual da Serrinha, segundo as mulheres*, Rio de Janeiro. Obra "O SOL" (mimeo).
- SAFFIOTI, I. B. H. (1987) *Processo de individualização da trabalhadora rural*, In *Mulher rural. Identidades na pesquisa e na luta política*, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, Lavinhas, L. (org.).
- SILVA, H. da (1958) *Uma zona agrícola do Distrito Federal – O Mendanha* In *Revista Brasileira de Geografia* Rio de Janeiro, IBGE. pg: 91 à 122.
- SOBRAL, A. M.V. (1963) *Tentativa de implantação de D.O.C na área rural do Mendanha*. Trabalho de conclusão de curso. Rio de Janeiro PUC.
- WANDERLEY, M. N. B (1992) *Modernização da agricultura e legitimidade social* Caxambu. XVI – Encontro Anual de ANPOCS.

Periódicos e documentos

- IBGE 1996 Censo Agropecuário do Rio de Janeiro 1995-1996.
- IPLAN RIO (1974). *Programas de governo SECPLAN, desenvolvimento urbano, governo Chagas Freitas*.
- _____. (1976) XVIII Região Administrativa de Campo Grande.
- _____. (1985) Projeto de Estruturação Urbana- PEU- Unidade Especial de Planejamento de Campo Grande. Dez.
- Jornal Zona Oeste (1996a) *Campo Grande, dos laranjais à fumaça industrial* edição 1049 25/ à 31 05 pg: 04 Rio de Janeiro.
- _____. (1996b) *Campo grande 323 anos de história* edição 1054 29/06 à 05/07.